

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.366.060 - SE (2018/0245774-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : MARCOS CESAR DE SOUZA FONSECA
ADVOGADO : ALESSANDRO SANTANA CALAZANS DE SOUZA - SE005704
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o réu foi condenado pelo delito previsto no art. 180, § 1º e 2º do CP c/c art. 14 da Lei 10.826/03 (receptação com porte ilegal de arma de fogo), à pena de 02 (dois) anos de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por 02 (duas) restritivas de direito, nas modalidades de prestação pecuniária, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), e 10 (dez) dias-multa, no salário mínimo vigente.

O recurso da defesa foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 598):

APELAÇÃO CRIMINAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14 DA LEI 10.826/03) - RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA - PLEITO ABSOLUTÓRIO - NÃO ACOLHIMENTO - AUTORIA E MATERIALIDADE SOBEJAMENTE COMPROVADAS PELO ACERVO PROBATÓRIO COLHIDO - LAUDO DE EXAME QUE ATESTA A APTIDÃO DA ARMA - TESTEMUNHO POLICIAL - CREDIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNANIME.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os arts. 155 e 386, VII, do CPP.

Pleiteia que seja revalorado o conjunto probatório dos autos diante da inexistência de provas quanto ao delito de posse ilegal de arma de fogo e, por isso, requer a absolvição.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 633/637, afirmando que se encontra presente o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 642/655.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 658/663.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl.

677):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ. PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO AGRAVO INTERPOSTO

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou o fundamento da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente pleiteia, em suma, que seja o réu absolvida do delito de porte ilegal de arma de fogo.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 600):

Pois bem. Ao exame dos autos, verifico que a tese defensiva de absolvição não merece prosperar.

A materialidade do delito ao qual o réu foi condenado encontra-se comprovada pelo auto de prisão em flagrante de fl. 05, auto de exibição e apreensão de fl. 8/9, pelo Laudo de Exame Pericial de fls. 354/356, que atesta a aptidão da arma.

A autoria do delito também se encontra comprovada pela prova produzida nos autos durante a fase inquisitorial e instrução criminal, especialmente pelos elucidativos depoimentos prestados policiais.

(...)

Como se vê, a coerência nos depoimentos dos policiais demonstram que alegação sustentada pela defesa se encontra desprovida de qualquer respaldo probatório, não merecendo prosperar, encontrando-se, na realidade, em nítida divergência com os demais elementos de prova.

Ademais, convém registrar que o depoimento dos policiais, até prova em contrário – não produzida nestes autos – deve merecer crédito.

(...)

Portanto, não há como absolver o réu com fundamento de

não ter restado comprovado o porte de arma, uma vez que as provas dos autos indicam que o réu efetivamente realizou a conduta delitiva, razão pela qual a condenação deve ser mantida.

Com efeito, a decisão vergastada baseou seu entendimento de que o réu efetivamente praticou o delito de porte ilegal de arma de fogo no contexto apresentado nos autos e, rever o referido posicionamento, requer o reexame fático-probatório da demanda, obstado na via eleita pela Súmula n. 7/STJ.

Neste diapasão:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 386, IV, V E VII, DO CP. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E CORRUPÇÃO DE MENORES. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Tendo as instâncias ordinárias concluído pela efetiva ocorrência dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e corrupção de menores, inviável, na seara do recurso especial, infirmar tal conclusão, para concluir pela absolvição do recorrente, pois seria necessário o reexame de fatos e provas, providência incabível nesta sede. Incidência da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1724762/AC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018)

Destarte, não merece provimento a pretensão recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator